

## MOBILIZAÇÃO CÍVICA

*Confluência de movimentos**A contestação social tem o poder nas mãos?*

**A**té ao final do ano, são já várias as ações reivindicativas que preenchem a agenda dos portugueses por todo o país. Este fenómeno, que se vem a agudizar desde a grande manifestação do dia 15 de setembro, pode ser explicado pelo descontentamento geral face às contínuas políticas de austeridade que o executivo tem vindo a implantar. “O povo, no seu conjunto, está a resistir e a reagir contra estas medidas que o Governo, teimosamente, quer aplicar às cegas”, começa por explicar o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), Elísio Estanque.

À semelhança das inúmeras capitais de distrito, Coimbra mostrou a sua indignação perante a situação político-financeira atual. Mais uma vez, o 15 de setembro serve como exemplo para mostrar a importância do papel que Coimbra assume, que vai para além dos grandes centros – Lisboa e Porto. É exemplo porque nesse dia, 20 mil pessoas juntaram-se pelas mais importantes artérias da cidade, fazendo desta a terceira maior manifestação do país. É consensual que foi a maior desde o 25 de Abril.

Nestas ações de mobilização cívica, verifica-se a formação de alguns grupos com linhas políticas mais vinçadas, isto é, lutas setoriais. No entanto, estas atuações trazem consigo um novo paradigma, tornam-se mais amplas e “mobilizam um leque muito heterogéneo de pessoas e de segmentos sociais”, clarifica Elísio Estanque. Assim, o movimento estudantil não é exceção, uma vez que, apesar de ser apoiado em reivindicações concretas de âmbito académico, “se dilui neste tipo de ações [mobilização social] que são mais prementes”, segundo o sociólogo.

**“Ações de gabinete”**

“Há alturas em que os estudantes olham mais para dentro e noutras alturas conseguem relacionar-se com as questões mais vastas da sociedade”, avança o também investigador CES, Miguel Cardina. Mas em que altura é que nos situamos agora? O presidente

da Direção-geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC), Ricardo Morgado, responde: «pauta-se muito pelas chamadas “ações de gabinete”. Se calhar hoje somos mais ouvidos do que alguma vez fomos».

Recuemos à década de 60 – ditadura, censura, guerra colonial. Neste contexto, o movimento estudantil tendia a unir-se e a reclamar autonomia face ao poder político, visto que este “tentava que ele não fosse livre”, elucida Cardina. Para o ex-presidente da DG/AAC de 1969/1970, Alberto Martins, este foi “um dos períodos mais sombrios e mais dramáticos da nossa história, sem esperança para a juventude portuguesa”. Ainda assim, perante estas adversidades, os estudantes “eram atores na contestação ao regime de ditadura”, assevera Miguel Cardina. Isto é, estavam consciencializados, não só para os problemas que afetavam diretamente a educação, mas também para os flagelos que atingiam a sociedade em geral. É, então, a partir desta altura que se dá uma politização do movimento estudantil mais clara.

Mais  
r e -

centemente, outro dos grandes picos do movimento estudantil aconteceu na década de 90. Com Cavaco Silva a liderar o Governo, a propina aumentava de seis para 250 euros. Com este aumento, cresce também a contestação dos estudantes que assistiram a grandes alterações ao financiamento do ensino superior. Para o ex-presidente da DG/AAC de 1992/1993, António Vigário, o movimento estudantil nesta altura era “muito ativo e inseria-se num momento de grande agitação no meio universitário”. As assembleias magnas, as reuniões gerais de alunos e as várias manifestações organizadas por esta Direção-geral tinham “uma maior mobilização”, assegura António Vigário. Num panorama alargado, pode afirmar-se que o último grande pico de contestação foram os anos 90. Mas, e daí para a frente? Ricardo Morgado faz ainda a ressalva da “batalha do 70/2010”, que levou centenas de estudantes a Lisboa, a exigir a revogação do Decreto-lei que alterava as normas de

“Os estudantes eram atores na contestação ao regime de ditadura”, diz Miguel Cardina. Isto é, estavam consciencializados para os seus problemas e para os flagelos da sociedade



ILUSTRAÇÃO POR JOANA CUNHA

# tem o

15 e 29 de setembro, 13 de outubro. Datas que marcam a atualidade pelo seu caráter de reivindicação. Durante os próximos meses, avizinhm-se mais protestos de indignação para dizer “basta” à austeridade. Qual é o papel de Coimbra? Conhecida pelo seu legado histórico no movimento estudantil, a cidade começa agora a destacar-se nos novos movimentos sociais. *Por Luís Azevedo, Ana Duarte e Ana Morais*

atribuição de bolsas.

Diferentes formas de associativismo

Como dita a história, toda e qualquer sociedade se caracteriza por momentos de fricção com o sistema político. Em Portugal, houve o 25 de Abril – principal marco da revolução cívica. A partir daí, o processo de contestação foi natural: o povo perde o medo e vai para rua reivindicar “direitos que estão protegidos pelas leis no Estado”, afirma Elísio Estanque.

As formas para a mobilização das massas são diversificadas. Desde os antigos sindicatos aos novos grupos que começam a emergir, as pessoas têm a oportunidade de escolher o tipo de movimento a que se preferem associar. O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra (USC), António Moreia, explica que, apesar da USC estar profundamente enraizada na história da CGTP e ter uma direcionalidade política assumida, recentemente verifica-se que “novos setores se foram agrupando em torno da união, mesmo que não sejam representados por ela”. Facto que é comprovado pela cada vez maior adesão das populações às ati-

vidades sindicais.

Uma forma mais alternativa para concretizar o manifesto são as assembleias populares. É um conceito recente, que pretende que as pessoas “tomem o poder nas suas mãos”, como explica o membro da Assembleia Popular (AP) de Coimbra, Francisco Norega. Após as manifestações do movimento Indignados, em Espanha e das Acampadas, este conceito difundiu-se pelas várias cidades do país, com especial destaque para Coimbra. “Neste momento, a AP de Coimbra é a única que existe de forma regular”, expõe Francisco.

Este tipo de movimento pauta-se também pelo apartidarismo, mas não esquece a postura política. “A AP é um espaço onde as pessoas estão organizadas de forma horizontal e onde há liberdade para se debater qualquer assunto sem restrições”, vinca o também estudante. O principal mote que guia estes encontros é, no fundo, a solidariedade social – “tentamos abrir um espaço onde as pessoas se possam relacionar de forma diferente umas com as outras, de uma forma solidária”.

A adesão a vários tipos de ações marca a pos-

tura da AP. Norega explana o principal objetivo: “juntar as pessoas e trabalhar em conjunto sempre que possível, porque achamos que é por aí que se consegue chegar a algum lado”.

O sociólogo corrobora esta evolução na mobilização civil, verificado nos últimos tempos: “já não é um mero movimento cívico, é um movimento de resistência da sociedade, de um povo inteiro que está a reagir e a resistir contra um conjunto de medidas que estão a conduzir o país à ruína”.

## Economia social como resolução

Com o atual clima social, as movimentações ativistas aumentam no âmbito do mundo civil. A eterna e branda portugalidade esvai-se, dando lugar a novos comportamentos fruto da indignação. O professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Rui Namorado, afirma assim que “a sociedade precisa dos movimentos cívicos, do associativismo e da economia social, para ser uma sociedade mais democrática, com algum horizonte de esperança”.

Para essa democracia, Miguel Cardina afirma que “há motivos para os estudantes se unirem, reivindicarem direitos que estão a desaparecer e ligar essas reivindicações a outras mais gerais da sociedade”. Ideia seguida por Alberto Martins, ao constatar que “quando a juventude desce à rua é o futuro que se levanta”.

As diversas formas de ativismo estudantil, que se encaixam cada vez mais no ativismo cívico, não escapam a esta realidade. Rui Namorado avança que faz parte do interesse dos estudantes “ter um movimento cívico, um movimento de intervenção política que ambicione uma sociedade melhor”.

Como uma possível resolução ou tentativa de melhorar o clima em que o povo português sobrevive, o docente atesta: “uma sociedade que fique anémica de movimentos associativos e de movimentos cívicos é uma sociedade que não têm futuro e cujo futuro é negro”.

